

# Muda o Conselho de Segurança, mas só de nome

A Secretaria do Conselho de Segurança Nacional deixa de existir, como manda a nova Constituição. Mas em seu lugar já existe, desde ontem, a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, que se vinculará ao novo Conselho de Defesa Nacional. E o que determina o decreto assinado ontem pelo presidente Sarney. A informação foi prestada pelo autor do texto do decreto, o consultor-geral da República, Saulo Ramos.

Na realidade, haverá apenas a substituição de um nome por outro, como admitiu o próprio Saulo. A nova Secretaria conserva todas as competências da anterior e será dirigida, inclusive, pelo mesmo secretário executivo, o ministro chefe do Gabinete Militar, general Rubem Bayma Denys.

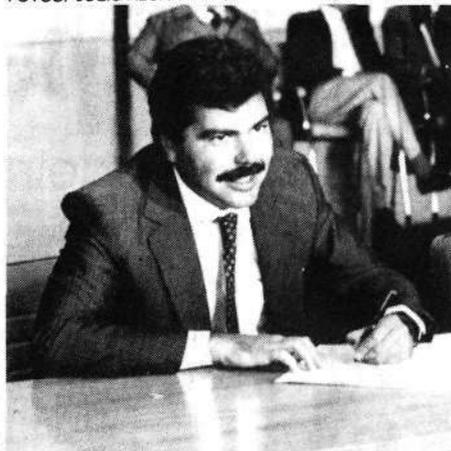
De acordo com o consultor, a medida baseou-se no artigo 81, inciso V, da atual Constituição, mas se adaptará automaticamente à nova Carta, quando esta for promulgada. A essa altura, a Secretaria já estará

formalmente reorganizada.

A Secretaria do Conselho de Segurança Nacional começou a funcionar nos moldes atuais durante o governo Castello Branco, mas conheceu seu maior prestígio entre 1967 e 1979. No governo Costa e Silva passou a absorver crescentes funções de planejamento estratégico da ação governamental, conduzida pelo general Jaime Portella, o todo poderoso chefe do Gabinete Militar.

Com o Ato Institucional nº 5, nela é que se preparavam os processos de cassação de mandatos, função que manteve durante os governos Médici e Geisel. Neste último, porém, a Secretaria passou a constituir uma verdadeira administração paralela, produzindo dossiês em que o presidente baseava seu diálogo com os ministros. Depois, perdeu peso político, mas conservou sua estrutura e sua equipe. Até hoje desempenha missões especiais, inclusive internacionais.

FOTOS: JULIO ALCANTARA



Sarney Filho deixou sua Secretária no Maranhão para assinar; Anna Maria Rattes chorou e Márcia mostrou a caneta

# Quorum é problema até o fim

## Corrida de autógrafos tem lágrimas, simbolismos e emoção

LAURA FONSECA  
Da Editoria de Política

Depois de seis dias de lista aberta a todos os constituintes, das 9 da manhã às 6 da tarde, ainda faltam 144 autógrafos nos originais da Constituição, mostrando que quorum é um problema permanente no Congresso Nacional. Excetuando-se o caso de Ulysses Guimarães, que assinará em plenário, no dia 5 de outubro, quem não comparecer ao Salão Negro até domingo, não terá seu nome incluído nos textos impressos da Carta. "Não haverá perdão para os retardatários", advertiu o secretário-geral da Mesa, Paulo Affonso.

"Foi pura emoção", explicou a deputada Ana Maria Rattes, ao chorar quando assinou a Constituição. "Senti o peso da responsabilidade de representar mais de 50 mil eleitores que

assinaram a Carta junto comigo, ao lado de muita alegria pela abertura da participação popular, das conquistas sociais e dos direitos coletivos consagrados no texto aprovado depois de quase vinte meses de trabalho" disse ela, citando a reforma agrária como a sua grande frustração.

Segundo Ana Maria, se a Constituição for efetivamente vivida, sem permanecer apenas no papel, ela revolucionará a convivência entre as classes no País. "A mulher conseguiu vários direitos, ficando menos oprimida na sociedade, o mandado de injunção garantirá a causa das minorias ou dos injustiçados. Vamos lutar, agora, para sedimentar essas e outras conquistas com a legislação complementar, quando for necessária", afirmou.

A bancada do DF, na sua

qualidade de primeira representação política na história de Brasília, resolveu destacar a data. A deputada Maria Abadia compareceu com mais de 40 eleitores da Ceilândia, para assinar a Constituição com uma caneta doada pela comunidade especialmente para este fim. "Tenho certeza de que muitos ficarão surpresos ao constatar que o povo pobre da Ceilândia acompanhou as votações e quis marcar sua presença no Congresso Nacional", disse.

Mais emoção aconteceu quando a deputada Márcia Kubitschek trouxe a caneta de ouro de Juscelino, para dar seus autógrafos na Carta. "É a força do destino, papai assinou com esta caneta a primeira Constituição democrática do Brasil, em 46. Cabe-me, agora, nessa cidade plena de sua liderança, firmar a Carta

de 88, a segunda de cunho democrático que o País recebe".

O deputado Valmir Campelo (PFL/DF) surgiu no Salão Negro trazendo dez canetas diferentes, para firmar seu nome com cada uma delas, os originais em cinco cópias do texto permanente e mais cinco das disposições transitórias. Ele pretende doar algumas delas para as comunidades de seus redutos eleitorais, numa demonstração de que essas regiões também estão representadas.

Segundo o senador Severo Gomes, (PMDB/SP) o maior avanço da nova Carta diz respeito ao capítulo dos direitos individuais e coletivos, porque esses novos direitos vão atingir a todos os brasileiros. "Destaco ainda, as inovações de cunho nacionalista, introduzidas no capítulo econômico e financeiro", disse

citando a questão da reforma agrária como a maior frustração da Carta, pela falta de definição sobre o que vem a ser "terra produtiva".

"Do jeito que ficou escrito, duas cabras e um bode, numa imensidão de terras no cerrado vazio, representam "propriedade produtiva" uma vez que geram um ou mais cabritos por ano", disse, irônico, o senador paulista. "Talvez a legislação complementar ou ordinária possa corrigir distorções como esta, vamos trabalhar duro nesse sentido", disse.

O toque descontraído desse sexto dia de autógrafos ficou por conta da presença de 50 alunos do curso primário, na Escola Dois de Julho, em Salvador, presentes em Brasília em função de seus trabalhos de acompanhamento da Constituinte.